

## A PRÁTICA PEDAGÓGICA DA AVALIAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA COMO FORMA DE VIOLÊNCIA DO PODER INSTITUÍDO

**Franciele Fernandes Baliero**  
franciele.baliero@ifpr.edu.br

**Elisabete Valdira de Sousa Tessari**  
betetessari@hotmail.com

Na atualidade são muitos os debates e reflexões dos educadores de todas as áreas no que se refere ao processo de ensino e aprendizagem, especialmente relacionado à avaliação. Este breve trabalho tem como objetivo discutir a avaliação escolar na disciplina de educação física olhando o professor como detentor do poder de conjecturar a reprova ou não de seus alunos.

A avaliação é um tema delicado e desafiador que exige muito empenho do educador, pois é através dela que o aluno e o professor recebem um feedback do processo educativo. Entretanto, a ação avaliativa acaba sendo percebida em alguns momentos como algo reduzido, um procedimento que se resume e ocorre em momentos estabelecidos previamente e que são exigidos burocraticamente.

De fato, encarar o ato de avaliar por esse prisma acaba por reduzir sua importância, já que, a avaliação deve tomar destaque durante o processo de ensino e aprendizagem, pois objetiva buscar o entendimento do que foi estudado e ainda favorecer a tomada de decisão quanto à realização de intervenções no processo educativo (SOUZA, 1986).

De acordo com Mendes (2007) as práticas avaliativas são cercadas de dúvidas e contradições caracterizando-se como elemento gerador de inúmeras reflexões e discussões sobre o assunto, especialmente no que se refere à avaliação do movimento corporal que se constitui o objeto de estudo da educação física, já que ele (o movimento) é individual, subjetivo e configura-se como uma forma de comunicação e linguagem do ser humano.

Segundo Gonçalves (1994) o corpo é, sobretudo, um meio de comunicação empática com o mundo, participante ativo e permanente dos processos de sociabilidade, da produção material e simbólica e das experiências culturais. É o que afirma também Rodrigues:

Um caminho possível para compreender o corpo e as práticas corporais é considerá-los como pertencendo ao universo dos símbolos e da comunicação. Partes do corpo, posturas, gestos, contatos, interação corporal, remetem a conteúdos implícitos, são significados de elaboração secundária, com propósitos não necessariamente corporais (1987, p.93).

Portanto, não podemos confundir o ato de avaliar com o ato de medir. Melcherst Hurtado (1988), exemplifica dizendo que medir é o mesmo que colher informações levando em conta o aspecto quantitativo numérico, como quando se está mensurando a estatura de alguém. Diferentemente, a avaliação procura descrever o grau em que o aluno dominou determinados objetivos. Dessa forma, entende-se que avaliar tem um sentido muito mais amplo, principalmente quando falamos da disciplina de educação física.

Entretanto, estudos de diversos autores (GALHARDO, 2004; DAOLIO, 1998; VIANNA, 1989; SILVA, 1998) apontam que muitas vezes a avaliação é utilizada apenas como cumprimento burocrático e sua principal característica é fornecer informações

quantitativas que possibilitam que o professor realize seu julgamento. O espaço da sala de aula é rígido e autoritário, como autoritária é a figura do professor preocupado em transmitir e cobrar conhecimentos prontos.

Além disso, estudos de Bratfische (2003) e Souza (1993) indicam que a avaliação tanto no ensino fundamental e médio quanto no superior, direciona-se na maioria das vezes exclusivamente à verificação do aprendizado pela análise da capacidade de retenção de informações e reprodução de movimentos técnicos, desconsiderando-se o desenvolvimento e progresso global do aluno.

Esse tipo de avaliação se configura como somativa e de tendência militarista e podemos dizer que constitui-se como violência do professor para com seu alunos pois visa a perfeição do movimento, força, velocidade e resistência. Estes aspectos são observados e então faz-se a avaliação quantitativamente.

Esta visão da avaliação em educação Física como violência vem da perspectiva de Maffesoli (1987), que enquadra a violência em três modalidades: *a do poder instituído*, *a anômica* e *a banal*. A *violência do poder instituído* é consequência do monopólio da estrutura dominante: Estado, partido, organização, etc. A *anômica* é uma resposta à violência, à dominação dos poderes instituídos, revoltas latentes que ocorrem ocasionalmente, inscreve-se entre a destruição e a reconstrução, entre ordem e desordem, que reprimida pode explodir em crueldade. Há sempre negociação, adaptação. A *banal* caracteriza-se pela passividade ativa, não se integra ao instituído, mas se opõe a ele. Subverte o poder através da submissão aparente, não recusa, porém não arrebatada. Utiliza a máscara, o silêncio, a fachada, a zombaria, os grafites, as pichações e o anonimato (principalmente o virtual).

Ao observar seu aluno compondo seu texto silencioso das práticas motoras, o professor, como dito anteriormente, focaliza seu rendimento e se seus movimentos estão maduros. O aluno por sua vez, realiza o que seu corpo e suas experiências anteriores lhe permitem. Não há como “colar” de seu colega. O aluno demonstra simplesmente o que sabe e consegue fazer.

Quantificando o desenvolvimento orgânico (aptidão física) e o desenvolvimento psicomotor (habilidades psicomotoras), o professor não analisa a compreensão relativa aos exercícios em geral nem mesmo a aprendizagem social (Kiss, 1987). Desta forma podemos nos perguntar: o aluno que não consegue chutar corretamente ou que é sempre o último a chegar em todas as corridas deve receber uma nota baixa? O aluno que sempre é o último a ser escolhido para compor as equipes esportivas ou que não possui um corpo esteticamente aceito para a prática de exercícios físicos deve ser punido com a nota?

O professor militarista, detentor do futuro acadêmico - através das notas - de seus alunos menos aptos fisicamente mostra para estes que são incapazes da prática esportiva e que devem ser punidos por isso. Os alunos, crentes de que só há a prática esportiva na disciplina de educação física, passam a se sentir inferiores e de mãos atadas.

A ênfase neste paradigma, classificando e selecionando somente os mais aptos, os talentos esportivos e legitimando a discriminação, tem servido para ocultar importantes reflexões sobre o ensino e a avaliação no contexto da educação física. A avaliação da aprendizagem em educação física, quando realizada, denota claramente os aspectos quantitativos de mensuração do rendimento do aluno, através de gestos técnicos, destrezas motoras e qualidades físicas, visando principalmente à seleção e à classificação. Muitas vezes, o único critério para aprovação e reprovação é a assiduidade (presença) dos alunos.

De acordo com Coletivo de Autores (1992), a perspectiva de ênfase na busca do talento esportivo e no aprimoramento da aptidão física condiciona a aula e o processo avaliativo, tornando estes em um processo de segregação, excluindo os menos aptos e que não gostam de competição ou esporte. É necessária a superação deste tipo de prática.

Na aferição do rendimento escolar, o professor utiliza três procedimentos comuns: obtenção da medida dos resultados da aprendizagem, a transformação da medida em nota ou conceito e a utilização dos resultados. É exatamente na utilização dos

resultados que o professor, por vários motivos, entre eles o autoritarismo, opta pela reprovação do aluno, pois a nota ou conceito é o fator mais importante no processo.

Neste sentido, Luckesi (1995) tem nos chamado a atenção para o fato de que a escola está praticando a verificação e não a avaliação, principalmente pelo fato de que a aferição da aprendizagem escolar está sendo utilizada, na maioria das vezes, para classificar os alunos em aprovados e reprovados. E conclui que, mesmo que haja ocasiões em que se deem oportunidades para os alunos se recuperarem, a preocupação recai unicamente em rever os conteúdos programáticos para recuperar a nota.

Portanto, Melchior (2003) afirma que seria necessário um comprometimento do professor com o processo educativo, este deveria se utilizar de observações mais elaboradas, individualizadas, não punitivas. Talvez estes seriam os primeiros passos para uma avaliação que possibilitaria a evolução de todos os alunos. Nessa perspectiva, a avaliação, deveria estar inserida na função social e transformadora da escola em formar ou construir o novo, em um processo dialógico, no qual os alunos devem se tornar conscientes e críticos onde a prática não é um fim em si mesma.

A violência do poder instituído representada aqui pelo ato de avaliar do professor de educação física, pode causar a violência anômica onde o aluno se opõe de alguma forma. O aluno pode se opor diante do professor ao não realizar determinadas atividades impostas por medo de se expor ou porque acredita que não pode fazê-lo. Desta forma, o querer-viver da prática corporal é anulado.

Maffesoli (1987) nos mostra como o professor pode ser castrador da motricidade humana quando institui o que deve e como deve ser feito. A educação física escolar deve permitir a liberdade de movimento onde o aluno pode demonstrar seu histórico motor e novas possibilidades da cultura corporal, e esta, deve ser priorizada quando o professor faz o diagnóstico de cada aluno.

Não estamos dizendo que o professor não deve ensinar os movimentos biomecanicamente, mas sim, que há outras formas de fazê-lo. E essas outras formas podem proporcionar ao aluno a liberdade e a segurança para demonstrar sua linguagem cinésica e seu querer-ser corporal.

## Referências

- BRATIFISCHE, S. A. Avaliação em Educação Física: um desafio. **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, v.14, n. 2, p. 21-31, 2003.
- COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino da educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.
- DAOLIO, J. Educação Física Brasileira: autores e atores da década de 1980. Campinas: Papirus, 1998.
- GALHARDO, J. S. P. Facilitando a Avaliação do Desenvolvimento Motor. Artigo. No prelo. Faculdade de Educação Física – FEF - Unicamp, 2008.
- GONÇALVES, M. A. S. **Sentir, pensar, agir: corporeidade e educação**. Campinas: Papirus, 1994.
- KISS, M. A. P. D. **Avaliação em Educação Física: aspectos biológicos e educacionais**. São Paulo: Manole, 1987.
- LUCKESI, C. C. *Avaliação da aprendizagem escolar*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- MAFFESOLI, M. **Dinâmica da Violência**. São Paulo: editora Revista dos Tribunais, 1987.
- MELCHERST HURTADO, J. G. G. **O Ensino da Educação Física: uma abordagem didática**. 3ª ed. Porto Alegre: Prodil, 1988.
- MELCHIOR, M. C. **Da Avaliação dos Saberes à Construção de Competências**. Porto Alegre: Premier, 2003.
- MENDES, Evandra Hein; NASCIMENTO, Juarez Vieira do; MENDES, José Carlos. Metamorfoses na avaliação em Educação Física: da formação inicial à prática pedagógica escolar. *Movimento*, Porto Alegre, v.13, n. 01, p.13-37, janeiro/abril de 2007.
- RODRIGUES, J. C. O corpo liberado? In: STROZENBERG, I. (Org). **De Corpo e Alma**. Rio de Janeiro: Comunicação Contemporânea, 1987.
- SILVA, A. H. Avaliação e formação de professores de Educação Física. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, DF. 1998.
- SOUZA, N. P. Avaliação na Educação Física. In: VOTRE, S. (org). **Ensino e avaliação em Educação Física**. São Paulo: Ibrasa, 1993.
- SOUZA, S. M. K. L. **Avaliação da aprendizagem na Escola de 1º Grau: legislação, teoria e prática**. São Paulo, 1986. 144 f. Dissertação (Mestrado). – Pontifícia Universidade Católica.
- VIANNA, H. M. Introdução à avaliação educacional. São Paulo: IBRASA, 1989.